



PROJETO PARQUES DO PARANÁ

PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

CADERNO II

CADERNO JURÍDICO

2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV	3
2. DO PLANO DE MANEJO	4
3. DO CONSELHO CONSULTIVO	5
4. DA PUBLICIDADE.....	6
5. DO INSTITUTO JURÍDICO DA CONCESSÃO DE USO	6
5.1. Da ausência de normas legais.....	10
5.2. Da necessidade de Lei Autorizativa	10
6. DA CONCORRÊNCIA.....	10
7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	11
8. DO PODER CONCEDENTE	11
9. DO OBJETO	12
10. DO PRAZO	14
11. DO VALOR	14
12. DA LICITAÇÃO.....	15
12.1. Da Capacitação Técnica – item 16.21 da Minuta de EDITAL.....	17
12.2. Da Qualificação Econômico-Financeira - Item 16.30 da Minuta de EDITAL.....	19
13. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	23
14. DOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS	24

INTRODUÇÃO

O presente **CADERNO JURÍDICO** tem por escopo abordar os principais aspectos referentes a **CONCESSÃO DE USO** do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, resultando na elaboração dos instrumentos convocatórios da **LICITAÇÃO**, sendo parte integrante deste instrumento.

A **LICITAÇÃO** tem por objeto selecionar a **PROPOSTA** mais vantajosa destinada à delegação, por meio da **CONCESSÃO DE USO**, à iniciativa privada, para a exploração do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV**.

Em função da complexidade e da extensão dos instrumentos convocatórios não é possível fazer um comentário detalhado especificamente sobre cada dispositivo, dada a extensão dos instrumentos. Assim, serão indicados tão somente os pontos que demandam uma análise mais aprofundada.

1. DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV

A **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE VILA VELHA** foi criada por meio da Lei nº 1.292, de 12 de outubro de 1953, com o objetivo de proteger o conjunto de formações areníticas de expressivo valor cênico, científico e ambiental.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o **SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC**, uma **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** é um espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de aplicação, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL DE VILA VELHA** se enquadra na categoria de Parque e, nos termos do artigo 11 da Lei Federal do **SNUC**, tem como objetivo básico a *“preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”*.

Infere-se, portanto, que a visitação no **PEVV** não somente é permitida mas deve ser incentivada para os fins de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Com efeito, a visitação quando desenvolvida de maneira responsável, permite ao visitante conhecer as áreas naturais, apreciar as belezas cênicas e as manifestações culturais, além de estimular o desenvolvimento econômico da Região de entorno.

2. DO PLANO DE MANEJO

O **PEVV** possui **PLANO DE MANEJO**, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Lei do **SNUC**, disponibilizado no sítio eletrônico do **IAP** - www.iap.pr.gov.br - link Unidades de Conservação.

O **PLANO DE MANEJO** do **PEVV** encontra-se assim dividido:

- Introdução
- Encarte 1 – Contextualização do **PEVV**
- Encarte 2 – Análise da Região do **PEVV**
- Encarte 3a – Informações Gerais do **PEVV**
- Encarte 3b – Informações Gerais do **PEVV**
- Encarte 3c – Informações Gerais do **PEVV**
- Encarte 4 – Manejo da **UC**
- Encarte 5 – Projetos Específicos
- Anexos

Cumprе destacar que o **PLANO DE MANEJO** foi plenamente observado na elaboração dos estudos de viabilidade referentes a **CONCESSÃO DE USO** do **PEVV**. Neste sentido, todas as atividades, serviços e encargos da **CONCESSIONÁRIA** encontram amparo no **PLANO DE MANEJO**.

Um aspecto importante é que em diversas ocasiões, o **PLANO DE MANEJO** do **PEVV** se refere a atividades e serviços a serem prestados por “*concessionária*”, permitindo, assim, a delegação à iniciativa privada.

Outro ponto de fundamental relevância é que a capacidade de carga de visitação e de capacidade das Trilhas indicado no **PLANO DE MANEJO** é referencial, conforme expressamente apontado.

A título de exemplo, cita-se a Trilha dos Arenitos, nas fls. 276 a 278 do Encarte 3c, possuindo a seguinte redação:

Capacidade de carga: Os valores apresentados como capacidade de carga para as trilhas seguem metodologia CIFUENTES, no qual os parâmetros analisados não se limitam ao número apresentado de capacidade de carga efetiva **sendo**

apenas uma referência para manejo, sendo flexível entre Capacidade Real e Capacidade Física, de acordo com a estrutura e a dinâmica da UC. Deve-se implementar o Projeto de Monitoramento de Uso Público o qual permitirá avaliar o número ideal de visitantes por dia para uso da trilha. (Grifo nosso)

Outra consideração é que o **PLANO DE MANEJO** do **PEVV** já aponta e permite algumas atividades e serviços que ainda não foram implantados, como no caso do Núcleo Lagoa Dourada.

Nos termos o Encarte 5 - Projetos Específicos (fls. 88 a 89), o “*Núcleo Lagoa Dourada abriga uma série de atividades de recreação e interpretação ambiental que poderão ser desenvolvidas de acordo com estruturas específicas para cada atividade*”, propondo, inclusive a instalação de Campo de Desafios, sendo que

Os equipamentos do campo de desafios deverão ser dispostos em circuito, a uma altura média de 2 a 4 metros do solo, com obstáculos que testem o equilíbrio e a autoconfiança dos participantes;

As atividades do campo de desafios somente poderão ser aplicadas por profissionais qualificados;

As atividades do campo de desafios poderão ser concessionadas.(Grifo nosso).

Considerando, assim, as atividades já detalhadas e autorizadas no **PLANO DE MANEJO**, entendeu-se que, caso a **CONCESSIONÁRIA** venha a implementá-las, não precisará de prévia autorização do **PODER CONCEDENTE**, desde que atendido ao disposto na **MINUTA DE CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS**, remetendo, posteriormente, os documentos, estudos e projetos nele contidos.

3. DO CONSELHO CONSULTIVO

Conforme determina o artigo 29 da Lei do **SNUC**, o **PEVV** possui um Conselho Consultivo, instituído pela Portaria **IAP** n° 41, de 18 de fevereiro de 2004.

A função do Conselho é contribuir para o planejamento e implementação de ações do **PLANO DE MANEJO** da **UC** e o desenvolvimento sustentável no seu entorno.

O Conselho é presidido pelo gestor do **PEVV** e deverá se manifestar acerca dos instrumentos convocatórios de eventual **CONCESSÃO DE USO** do **PEVV**, sendo que a ata da reunião deverá ser anexada ao procedimento administrativo da **LICITAÇÃO**.

4. DA PUBLICIDADE

Em atendimento ao princípio constitucional da publicidade, deverá ser dada ampla divulgação ao procedimento licitatório.

Para o instituto jurídico da **CONCESSÃO DE USO** não há previsão legal que estabeleça a obrigatoriedade de consulta ou audiência pública. No entanto o artigo 83 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que:

Artigo 83 Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea "c" da Lei Federal 8.666/93, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.

Todavia, com o intuito de dar ampla publicidade aos instrumentos convocatórios decidiu-se por realizar, além da Audiência Pública, consulta pública dos instrumentos convocatórios e demais estudos que os embasaram, nos dias 05/08/2019 a 20/08/2019.

5. DO INSTITUTO JURÍDICO DA CONCESSÃO DE USO

A escolha do melhor instituto jurídico para a estruturação de eventual projeto, tendo em vista as diversas modalidades admitidas pelo direito administrativo brasileiro, deve, necessariamente, considerar as vantagens econômicas, contratuais e institucionais que possam resultar desta ou daquela modelagem jurídica, de forma a garantir a melhor gestão dos recursos e bens públicos e, sobretudo, ao interesse público.

Ademais, para a consecução dos objetivos precípuos do Parque, urge investir em infraestrutura e na implantação de novos negócios/atividades com vistas a atrair a visitação pública.

Assim, a **CONCESSIONÁRIA** deverá aportar investimentos de grande vulto, os quais deverão ser devidamente remunerados ao longo do prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Levando-se em consideração os investimentos necessários e o longo prazo de vigência contratual, o primeiro aspecto que se considerou foi trazer segurança jurídica para o **CONTRATO**, eliminando-se, portanto, as autorizações e permissões, de caráter precário, e elegendo-se o regime jurídico das **CONCESSÕES**.

Ocorre que o termo jurídico **CONCESSÃO** define uma diversidade de institutos, dentre eles: **(i)** a Concessão de Uso de Bem Público; **(ii)** a Concessão de Direito Real de Uso; e, **(iii)** a Concessão de Serviços Públicos, bem como as **(iv)** Concessões Patrocinadas e **(v)** as Concessões Administrativas, regulamentadas pela Lei Geral de Parcerias Público-Privadas (Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004), as quais não foram consideradas por envolverem contraprestação pública do **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**.

De imediato, foi descartada a Concessão de Direito Real de Uso por não se enquadrar ao projeto, tendo em vista que, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 20 de fevereiro de 1967, que a instituiu, é o contrato que tem como objetivo a transferência da utilização de terreno público ao particular, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.

Por sua vez, a Concessão de Serviços Públicos possui suas normas gerais disciplinadas pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e, no âmbito do Estado do Paraná, pela Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

O artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 76/1995 define Concessão de Serviços Públicos como *“a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”*.

Neste ponto é de bom alvitre destacar que a modelagem do projeto prevê a delegação, à iniciativa privada, da **ÁREA CONCEDIDA** no **PEVV** para a exploração dos serviços de visitação e os encargos deles decorrentes.

Os serviços públicos de manejo, envolvendo a preservação, a conservação e a proteção da biodiversidade na **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE VILA VELHA** continuarão sob a competência e responsabilidade do **IAP**, gestor das **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS**.

Portanto, não se vislumbrou na modelagem do projeto a delegação de serviços públicos, e sim a exploração de uma área a um particular de acordo com os objetivos e finalidade desta.

Outra consideração a ser feita é que a Concessão de serviços públicos pressupõe que os serviços prestados pelo parceiro privado sejam remunerados por meio de tarifa, a ser paga pelo usuário. Assim, a tarifa passa a ser a receita principal da Concessão, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 76/1995, a qual *“será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei, no edital e no contrato”*.

Ocorre que, ao estruturar o projeto, verificou-se que a remuneração auferida pela Venda de Ingressos de entrada no **PEVV** e de seus Atrativos não será suficiente para remunerar a **CONCESSIONÁRIA** pelos investimentos a serem realizados.

No caso de Concessão de Parques, a remuneração se dará pela gestão eficiente da **CONCESSIONÁRIA** em explorar as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, que serão as principais fontes de receita e que servirão para a amortização dos investimentos ao longo do prazo de vigência do **CONTRATO**.

Ademais, não seria prudente fixar os valores da Venda de Ingressos, por fazer parte da gestão da **CONCESSIONÁRIA** que poderá utilizar-se da sazonalidade, de descontos para grupos, ou mesmo, em certos meses, com o intuito de atrair os usuários, cobrar um preço menor, por exemplo, para ser remunerada por meio de outras facilidades. A fixação desses valores será, portanto, gestão da **CONCESSIONÁRIA**, desde que observado os valores praticados na Região de entorno do Parque, bem como em outros Parques, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** realizar a fiscalização desta gestão.

Assim, diante da ausência da delegação de serviços públicos e de tarifas como receita principal de remuneração, excluiu-se o instituto jurídico da Concessão de Serviços Públicos.

Aliás, vislumbrando-se a modelagem de delegação de outros Parques Nacionais, realizadas pelo ICMbio, ou mesmo estaduais, verificou-se que, com exceção do Rota Lund que é uma Concessão Administrativa, remunerada exclusivamente por meio de contraprestação pública, o instituto jurídico utilizado é o da **CONCESSÃO DE USO**.

Importante destacar que não há, no ordenamento jurídico pátrio, uma lei geral que conceitue e regule a **CONCESSÃO DE USO**. No **ESTADO DO PARANÁ** também não há lei específica que discipline o referido instituto. Destarte, cabe à doutrina a missão de conceituá-lo.

Neste desiderato, **CONCESSÃO DE USO** é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública confere, por meio de **LICITAÇÃO**, ao parceiro privado, a utilização privativa de um bem do seu domínio para que a exerça segundo a sua destinação.

A **CONCESSÃO DE USO** é empregada nos casos em que a utilização do bem público objetiva o exercício de atividades de utilidade pública de maior vulto e, por isso mesmo, mais onerosas para a **CONCESSIONÁRIA**.

Ademais, o elemento fundamental na **CONCESSÃO DE USO** é relativo à sua finalidade. Está expresso em seu conceito que o uso tem que ser feito de acordo com a destinação do bem. Significa dizer que a utilização que ele exerce terá que ser compatível com a destinação principal do bem.

Neste sentido leciona o Professor Hely Lopes Meirelles¹:

Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica. O que caracteriza a concessão de uso e a difere dos demais institutos assemelhados - autorização e permissão de uso - é o caráter contratual e estável da outorga do uso do bem público ao particular, para que o utilize com exclusividade e nas condições convencionadas com a Administração. A concessão pode ser remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, mas deverá ser sempre precedida de autorização legal e, normalmente, de licitação para o contrato.

Já Fernando Vernalha Guimarães², ao abordar o instituto jurídico da **CONCESSÃO DE USO**, ressalta que *“enquanto contrato de que se presta a transferir a alguém o direito de uso de bem público para uma finalidade específica, não se afigura um instituto aparentado da concessão de serviços públicos, que instrumenta a delegação a terceiros quanto à execução (sob sua conta e risco) de determinado serviço público, a ser desempenhado universalmente e ao público em geral”*.

Cumprido destacar que a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP elaborou o Manual de Gestão de Bens Imóveis Públicos³, conceituando Concessão de Uso como:

Forma de contrato administrativo, estipulando as obrigações ao particular concessionário, condição que exclui o caráter de precariedade. Antes de sua celebração, é necessária a aferição pelos órgãos administrativos (concedente

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26 ed., Atualizada, São Paulo, Malheiros, 2001, p. 489.

² GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Parceria Público-Privada. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.49.

³ Referido Manual foi aprovado por meio do Decreto nº 4120, de 17 de maio de 2016.

e CPE/SEAP) da conveniência e oportunidade na utilização privativa do bem pelo particular. **É modalidade dependente de lei autorizativa** e utilizada normalmente para instalação de boxes, exploração de hotel ou restaurante em prédio público; dependente, também, de processo licitatório”. (Grifo nosso)

5.1. Da ausência de normas legais

Diante da ausência de normas regulamentares do instituto jurídico da **CONCESSÃO DE USO**, utilizar-se-á as normas relativas à Concessão de Serviços Públicos e, subsidiariamente, às de Licitações e Contratos administrativos.

5.2. Da necessidade de Lei Autorizativa

Nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, é vedado aos Estados executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos.

Esta exigência de Lei Autorizativa no tocante a concessão de uso está respaldada no parágrafo único do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, *ad verbis*:

Art. 10 (...)

Parágrafo único - A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado **dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública**, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, órgão ou fundação de sua para fins de assentamentos de caráter social. (Grifo nosso)

O mesmo entendimento foi adotado pelo Manual de Gestão de Bens Imóveis Públicos mencionado anteriormente.

Assim, foi publicada a lei nº 19.913, de 30 de agosto de 2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do uso, total ou parcial, de áreas destinadas ao uso público nas Unidades de Conservação, no âmbito do Estado do Paraná.

6. DA CONCORRÊNCIA

A Minuta de **EDITAL** prevê que a **LICITAÇÃO** será realizada na modalidade **CONCORRÊNCIA**, atendendo ao contido na norma do parágrafo único do artigo 10 da Constituição Estadual, nos termos acima mencionado.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Considerando que não há tarifa a ser fixada, o critério de julgamento será o de maior **OUTORGA**, assim considerado o **MAIOR PERCENTUAL** sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**, tomando-se por base o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**, conforme autoriza o artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.987/1995.

A opção pelo critério exclusivamente econômico de seleção justifica-se não apenas na experiência acumulada com licitações para Concessões de Parques no Brasil, mas também na desnecessidade de avaliações qualitativas de propostas técnicas sofisticadas, contentando-se o interesse administrativo com a aferição de requisitos técnicos mínimos e de qualificação técnica a ser demonstrada, pelos **PROPONENTES**, no âmbito da **LICITAÇÃO**, por meio dos Documentos de Qualificação.

8. DO PODER CONCEDENTE

A perfeita identificação da pessoa jurídica competente para delegar, por meio de **CONCESSÃO DE USO**, o bem público se mostra imprescindível para a segurança jurídica que se busca no **CONTRATO** em apreço, na medida em que, nos dizeres de Caio Tácito⁴, “a primeira condição de legalidade é a competência do agente”.

Neste contexto, precípuo ressaltar que, tratando-se de Parque Estadual o **PODER CONCEDENTE** é o próprio **ESTADO DO PARANÁ**, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO - SEDEST**, órgão da Administração Pública Estadual, a quem compete, dentre outros, a formulação, execução e desenvolvimento das políticas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural e da política de turismo, visando ao desenvolvimento sustentável do **ESTADO DO PARANÁ**, em sua esfera de competência.

Apesar de a titularidade do serviço ser sempre da pessoa jurídica de direito público interno, esta pode criar, por meio de disposição legal, outra pessoa jurídica para a prestação desse serviço. No **ESTADO DO PARANÁ** é de atribuição do **IAP**, entidade autárquica estadual, vinculada à **SEDEST**, criada por meio da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, a competência de organizar e manter o **SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCs**, nos termos do artigo 6º da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992.

⁴ TÁCITO, Caio. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1975, p.26.

Dentre os objetivos do **IAP** encontra-se:

- Propor, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente do Estado;
- Fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo, para tanto, o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização;
- Organizar e manter o **SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio, participar da administração de Unidades de Conservação dos municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, parques, arborização urbana e repovoamento de lagos e rios;
- Executar e fazer executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente, degradadas, reserva florestal legal, e de unidades de conservação diretamente ou através de convênios e consórcios;
- Executar e fazer executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente.

Outro ponto relevante é que o **ESTADO DO PARANÁ** é titular de uma área de 2.741,96 hectares no **PEVV**, sendo que o **PARANÁ TURISMO**, autarquia vinculada à **SEDEST**, é titular de uma área de 424,88 hectares, as quais englobam os Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada.

Considerando o acima exposto, a **LICITAÇÃO** será realizada pelo **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SEDEST**, através do **IAP**, com a anuência do **PARANÁ TURISMO**.

Aliás, cabe destacar que os estudos de viabilidade, bem como os instrumentos convocatórios de eventual **LICITAÇÃO** foram realizados, conjuntamente, por técnicos da **SEDEST**, do **IAP**, do **AGUASPARANÁ** e do **PARANÁ TURISMO**, conforme determina a Resolução Conjunta SEDEST/IAP/AGUASPARANÁ/PARANÁ TURISMO nº 007, de 14 de maio de 2019.

9. DO OBJETO

Tanto a Minuta do **EDITAL** (Item 3) quanto a Minuta do **CONTRATO** (Cláusula 5) tem por objeto a **CONCESSÃO DE USO** de área do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** para a exploração dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza.

Para o atendimento destes objetivos, caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, no mínimo, a prestação dos seguintes serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**:

- Venda de Ingressos de Entrada e dos Atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;
- Implantação e Gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de Estacionamento Veicular;
- Implantação e Gestão do Serviço de Transporte Interno;
- Implantação e Gestão de Serviços de Alimentação;
- Gestão do Centro de Visitantes;
- Gestão da Loja de Conveniência;
- Monitoramento do Uso Público nas Trilhas e nos Atrativos;
- Manutenção das Estruturas na **ÁREA DA CONCESSÃO**;
- Implantação e Gestão do Sistema de Segurança Patrimonial; e
- Gestão dos Encargos na **ÁREA DA CONCESSÃO**, dentre eles a elaboração dos seguintes planos, projetos e programas:
 - Plano de Vigilância Patrimonial;
 - Programa de Gestão de Segurança;
 - Programa de Promoção da Visitação;
 - Programa de Gestão de Uso Público;
 - Programa de Monitoramento Ambiental do Uso Público;
 - Projeto de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas das Chuvas;
 - Plano de Disposição de Resíduos Sólidos;
 - Projeto de Sistema de Tratamento de Esgoto;
 - Projeto de Sinalização;

- Plano de Prevenção e Combate de Incêndios;
- Plano de Contingências;
- Projeto de Identidade Visual;

Todos os serviços e atividades previstas encontram-se em consonância com o **PLANO DE MANEJO** e com os objetivos do **PEVV**.

Ressalta-se, ademais, que não serão objeto de delegação, a edição de ato jurídico com fundamento em poder de autoridade de natureza pública, nem a atribuição exclusiva do Poder Público, nos termos da lei, conforme estabelece o subitem **5.10** da **MINUTA DE CONTRATO**.

O **CADERNO DE ENCARGOS** complementa a **MINUTA DE CONTRATO**, estabelecendo critérios e diretrizes para a adequada e eficiente prestação dos serviços e atividades inerentes à exploração da **ÁREA CONCEDIDA**.

Destarte, a Minuta de **EDITAL** apresenta a definição precisa e suficiente do objeto a ser licitado, nos termos da Súmula 177 do Tribunal de Contas da União - TCU, *in verbis*:

Súmula 177 TCU A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado da igualdade entre os licitantes, da qual é subsidiária o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições de licitação.

10. DO PRAZO

O prazo será de 30 (trinta) anos, assim considerado, pelos Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira como compatível com a amortização de investimentos mínimos obrigatórios a ser realizados ao longo da **CONCESSÃO DE USO** e suficiente para que a **CONCESSIONÁRIA** obtenha o retorno econômico projetado quando da apresentação da sua **PROPOSTA** na **LICITAÇÃO**.

11. DO VALOR

O **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO** é de R\$ 9.844.428,34 (nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos) correspondente a somatória do montante dos investimentos

mínimos obrigatórios, a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, durante o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

12. DA LICITAÇÃO

A Minuta de **EDITAL** prevê que a **LICITAÇÃO** será conduzida em 02 (duas) fases sucessivas: **(i)** análise e julgamento da **PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS**, com abertura do Envelope nº 01; **(ii)** análise e julgamento dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, e, com a abertura do Envelope nº 02.

A **LICITAÇÃO** será realizada com a inversão de fases conforme determina o artigo 85, inciso I da Lei Complementar nº 76/1995.

Conquanto, ressalta-se que os Envelopes deverão ser entregues todos juntos no dia de Abertura da **LICITAÇÃO**.

12.1. Do PLANO DE NEGÓCIOS

Junto com a **PROPOSTA ECONÔMICA** deverá ser apresentado o **PLANO DE NEGÓCIOS** elaborado pela **PROPONENTE**, sendo que somente serão analisados os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** das 03 (três) **PROPONENTES** titulares das melhores **PROPOSTAS** e que não tiveram o seu **PLANO DE NEGÓCIOS** desclassificado, nos termos do **EDITAL**, assim considerado o que não apresentar **(i)** a Carta de Análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** por Instituição Financeira; **(ii)** o **PLANO DE NEGÓCIOS** rubricado; e, **(iii)** o termo de Confidencialidade.

O **PLANO DE NEGÓCIOS** não será analisado pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, mas sim pela Instituição Financeira que atestará a sua viabilidade e financiabilidade. Porém, a exigência de apresentação do **PLANO DE NEGÓCIOS** se faz necessária uma vez que não há tarifa fixa para averiguar a viabilidade da **PROPOSTAS** apresentada pelas **PROPONENTES**.

Assim, a Instituição Financeira poderá, de antemão, verificar a viabilidade dos aspectos econômico e financeiro do **PLANO DE NEGÓCIOS** da **PROPONENTE**, bem como de que este está de acordo com os parâmetros estabelecidos no **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

O **PLANO DE NEGÓCIOS** é considerado um dos principais instrumentos para a análise das condições econômicas e financeiras do negócio. Também será parte integrante das Alocações de Risco, tanto para a **CONCESSIONÁRIA** como para o **PODER CONCEDENTE**.

Pode-se atribuir, assim, 02 (duas) perspectivas para o **PLANO DE NEGÓCIOS**. A primeira, diz respeito à visão da **PROPONENTE** sobre a execução do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**. Esta perspectiva pressupõe o planejamento e organização das ações e recursos por parte da futura **CONCESSIONÁRIA**, de forma que se possa identificar, com clareza, os investimentos, fontes de financiamentos, riscos, retornos e as condições de viabilidade econômico-financeira para a execução do **CONTRATO**. Em outras palavras, a **PROPONENTE** estabelece o seu plano de implantação e gerenciamento da **CONCESSÃO**.

A segunda perspectiva está na visão do **PODER CONCEDENTE** que pode identificar como a **PROPONENTE** se propõe a executar a **CONCESSÃO DE USO**, caso seja a **ADJUDICATÁRIA** e venha a celebrar o **CONTRATO**, determinando se o plano de implantação e gerenciamento é consistente, está em consonância aos requisitos e diretrizes do **EDITAL** e, principalmente, se é exequível, minimizando o risco de recomposição do **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** durante a execução do **CONTRATO**.

Esta segunda perspectiva também é aplicada à Instituição Financeira que deverá atestar a financiabilidade do **PLANO DE NEGÓCIOS** a ela apresentado pela **PROPONENTE**. Neste caso, a Instituição Financeira auxiliaria a **PROPONENTE** a estruturar sua operação de modo a garantir as condições de execução do **CONTRATO** caso venha a ser a **ADJUDICATÁRIA** da **LICITAÇÃO**.

A Instituição Financeira, em seus departamentos de análise de projetos, possui *expertise* na análise e o diagnóstico da viabilidade econômico-financeira de projetos de investimentos públicos e privados, podendo auxiliar as **PROPOSTORES** na elaboração do seu **PLANO DE NEGÓCIOS**, atestando a sua financiabilidade (possibilidade e oportunidade de financiamento dos investimentos necessários para a execução do **CONTRATO**).

O **PLANO DE NEGÓCIOS**, formatado a partir de informações fornecidas pela **PROPOSTOR**, resultará em 03 (três) produtos principais: (i) as projeções de Fluxo de Caixa (com indicação das receitas e despesas); (ii) o Plano de Financiamento; e, (iii) os Demonstrativos Contábeis.

As Instituições Financeiras têm, em suas atividades operacionais, a análise de crédito de pessoas jurídicas. Para a análise de crédito, é fundamental a análise dos Demonstrativos Contábeis, que retratam a estrutura de capitais das empresas, bem como o Fluxo de Caixa para avaliação da capacidade de pagamento. Portanto, as equipes técnicas das Instituições Financeiras têm mais experiência com este tipo de análise do que os técnicos do **PODER CONCEDENTE**.

A análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** por Instituição Financeira reduz o risco de análises e diagnósticos parciais ou incorretos pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

Esta exigência de **PLANO DE NEGÓCIOS** analisado por Instituição Financeira, utilizada, inicialmente nas Parcerias Público-Privadas, está sendo, amplamente utilizada nas Concessões.

Com efeito, se nas Parcerias Público-Privadas, onde existe uma Contraprestação do **PODER CONCEDENTE** ao parceiro privado e, ainda uma Garantia do pagamento desta Contraprestação, pela Administração Pública, por meio de Fundo Garantidor ou outro instrumento congênere, já é difícil obter o financiamento para a implantação e operacionalização do Projeto (*Project Finance*), no caso das Concessões o cenário é ainda mais relutante e o acesso ao capital de terceiros mais difícil, pois a única remuneração do parceiro privado é advinda da própria atividade, paga pelo usuário.

A exigência, nos instrumentos convocatórios da **LICITAÇÃO** objetivando celebração de **CONTRATOS** de **CONCESSÃO**, de que a Instituição Financeira analise e valide as premissas adotadas no **PLANO DE NEGÓCIOS** da **PROPONENTE** vem sendo amplamente utilizada por grande parte dos Estados brasileiros e pelo Governo Federal.

Destarte, entende-se que as exigências contidas no subitem **15.9** são uma boa prática a ser adotada na **MINUTA DE EDITAL**, minimizando, assim, as incertezas e trazendo um viés crítico e experiente ao processo.

12.2. Da Capacitação Técnica - Subitem 16.21 da MINUTA DE EDITAL

A **MINUTA DE EDITAL** não prevê a fase de **PROPOSTA TÉCNICA**, por não ser condizente com o objeto do certame, tendo em vista que não haveria, de plano, técnica a ser demonstrada, pela **PROPONENTE**, como requisito de classificação.

Conquanto, não há dúvidas de que requisitos, ainda que mínimos, de Capacitação Técnica deverão ser comprovados pelas **PROPOSTANTES**, nos termos do artigo 76 da Lei nº 15.608/2007, com o intuito de se verificar se as **PROPOSTANTES** possuem condições técnicas necessárias e suficientes para, em se sagrando vencedora do certame, cumprir o objeto da **CONCESSÃO DE USO** de forma satisfatória.

Com vistas a atender a determinação da legislação, as **PROPOSTANTES** deverão demonstrar, por meio de atestado(s), o desempenho no tocante às atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da

LICITAÇÃO, devendo, portanto, demonstrar, nos termos da **MINUTA DE EDITAL**:

16.21.1. Operação na prestação de serviços de bilhetagem;

16.21.2. Operação na prestação de serviços em equipamentos e atrativos turísticos, de acordo com as atividades definidas no artigo 21 da Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

Já o objetivo de se especificar o número mínimo de visitantes de **13.018** pessoas, correspondente a 20% (vinte por cento) da visitação do **PEVV** em 2018, encontra respaldo no artigo 76, § 3º da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 30, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelecem que as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, no que referem às exigências de capacitação técnica, deverão estar definidas no instrumento convocatório.

Esta regra destina-se a evitar formulações vagas e genéricas para o fim de identificar a experiência técnica a ser demonstrada em Licitações. Se vagamente formulada, a exigência permitiria o uso de um excessivo espaço discricionário pela Administração no momento futuro da conferência do juízo de capacitação técnica, o que desafiaria o princípio do julgamento objetivo e traria riscos à isonomia.

Precisamente para evitar escolhas excessivamente subjetivas é que a legislação impõe a obrigação de os editais serem exatos e específicos em relação à exigência de capacitação técnica, desde que, como se verifica no projeto em análise, sejam todas proporcionais e compatíveis à dimensão técnica e ao porte financeiro do objeto a ser licitado.

Neste sentido, o subitem **16.25** do **EDITAL** estabelece que não será aceito o somatório de atestados para a aferição do quantitativo de 13.018 visitantes, tendo em vista a necessidade de comprovação, pelas **PROPONENTES**, da capacidade de atendimento da demanda de visitação no **PEVV**. Esta vedação se dá ao fato de que caso fosse admitida a simples soma dos atestados não se mostraria o procedimento mais adequado para se aferir a capacitação Técnica das **PROPONENTES**.

Com efeito, a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita automaticamente a **PROPONENTE** para a execução de objetos maiores como no caso do **PEVV**, que teve no ano de 2018, 65 mil visitantes, sendo que nos picos altos de visitação chegou a média de 200 mil visitantes/ano.

Portanto, a demonstração do quantitativo de, no mínimo, 13.018 visitantes/ano, correspondentes a 20% dos visitantes do **PEVV** no ano de 2018 está em sintonia

com o objeto da **LICITAÇÃO** e se justifica devido a demanda de visitação no **PEVV**.

Neste sentido entende o TCU que a regra é a possibilidade de somatória de atestados, Contudo, esse entendimento geral não afasta a possibilidade de que a restrição à soma de atestados ocorra quando o objeto licitado assim exigir (Acórdão 2.150/2008 – Plenário).

Ademais, a exigência de Capacitação Técnica prevista no instrumento editalício se preocupou em promover a ampliação do universo de **PROPOSTORES**, permitindo que interessados em objetos similares ou de dimensão menos exigente do que aquela do objeto licitado, desde que compatíveis com a prestação de serviços em equipamentos e atrativos turísticos, de acordo com as atividades definidas no artigo 21 da Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

12.3. Da Qualificação Econômico-Financeira - Subitem 16.30 da MINUTA DE EDITAL

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira estabelecida no Subitem **13.30** da **MINUTA DE EDITAL** está de acordo com o disposto nas normas do artigo 77 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como as determinações do Tribunal de Contas.

Neste sentido, estabelece o artigo 31, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 31 (...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

(...)

§ 5º-A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Vislumbra-se que somente será permitido, no procedimento licitatório, exigências de qualificação econômico-financeira indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas no âmbito do **CONTRATO** e

que possibilite a participação de um número razoável de empresas integradas no mercado.

Portanto, da leitura do dispositivo supra, depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a Qualificação Econômico-Financeira da **PROponente**:

1. A boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
2. Os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
3. O índice escolhido deverá estar justificado no processo; e
4. Será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Ora, com relação as licitações de Parques, verifica-se usualmente a adoção dos índices contábeis como o exigido no **EDITAL** de **CONCESSÃO DE USO** do **PEVV**:

A título de exemplo, verifica-se que a exigência de apresentação de índices contábeis encontra-se no Edital de Concessão de Serviços de Apoio à Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO); no Edital de Concessão de Serviços de Apoio à Visitação do Parque Nacional do Pau Brasil; no Edital de Concessão de Serviço de Apoio à Visitação no Parque Nacional do Itatiaia, dentre outros.

O objeto da **LICITAÇÃO** exigirá da **PROponente** capacidade de execução, pela diversidade dos serviços, adaptação a estrutura existente de obras e que a mesma seja contínua durante o período contratual, devendo seguir rigorosamente as especificações técnicas contidas no **EDITAL**, sob pena de responsabilização pela interrupção dos serviços e atividade inerentes a exploração da **CONCESSÃO DE USO** e demais consequências causadas a terceiros.

Desta forma, é fundamental que as **PROponentes** comprovem disponibilidade de recursos financeiros próprios para investimento e custeio compatíveis com o objeto licitado, e operação ininterrupta dos serviços e atividades, dentre outros), pois trata-se de contratação de grande valor e com as responsabilidades assumidas na assinatura do **CONTRATO**, sem que exista qualquer risco de inexecução ou falta de garantias para a Administração Pública, como segue:

- Balanço Patrimonial e respectivo demonstrativo de resultados do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente aprovados pela Assembleia Geral ou sócios, conforme o caso, que comprovem

a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da **PROPOSTA**;

- A comprovação da boa situação financeira da empresa se dará mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- Todas as **PROPONENTES**, com exceção dos Fundos de Investimento e das Entidades de Previdência Complementar, deverão apresentar comprovação de **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurados com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- Para os Fundos de Investimento e Entidades de Previdência Complementar, comprovação de **Índice de Liquidez dos Fundos (ILF)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurado a partir das demonstrações financeiras do último exercício, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILF} = \frac{\text{Investimentos Líquidos}}{\text{Reserva Matemática}}$$

- Todas as **PROPONENTES**, com exceção dos Fundos de Investimento e das Entidades de Previdência Complementar, deverão apresentar comprovação de **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurados com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

O **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE igual ou maior 1,0 (um)** é definido pelo cociente do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante da empresa e indica a capacidade financeira para honrar compromissos de curto prazo.

De acordo com a complexidade dos serviços, as exigências e os prazos concretos para realização dos mesmos, é mister que a vencedora do certame

tenha comprovado a sua capacidade para investimento à vista condizente com os valores dos equipamentos, e pessoal disponível.

Esta necessidade para honrar compromissos no curto prazo, nos quantitativos exigidos pelo **CONTRATO**, é determinante para o entendimento de que o Balanço Patrimonial deverá demonstrar este índice com cociente igual ou maior 1,0 (um), constituindo a prova objetiva da plena capacidade econômico-financeira da empresa para implantação e execução do objeto licitado no prazo contratado, ou seja, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da **LICITAÇÃO**.

O Índice de Liquidez Geral igual ou maior 1,0 (um), que é o resultado do cociente obtido entre a soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo e o Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, deve refletir comprovação objetiva da capacidade econômico-financeira da **PROPONENTE** para honrar compromissos de médio/longo prazo.

Justifica-se a exigência deste índice com cociente igual ou maior a 1,0 (um) pelo volume de recursos que a **ADJUDICATÁRIA** da **LICITAÇÃO** deverá dispor durante toda a execução do objeto, para garantia da manutenção preventiva e regular de todos os equipamentos a serem utilizados na operação e da infraestrutura física (que deverão estar permanentemente prontos para transferência e utilização conforme a demanda exigida); da mobilização das equipes técnicas para execução dos serviços, das equipes de gerenciamento e das equipes para cada tipo de serviço a ser executado, que garantam a prestação de serviços sem interrupções ou falhas.

Também é fundamental levar-se em conta as eventuais demandas por substituição de equipamentos defeituosos, pessoal e substituição de materiais etc., e a garantia objetiva da capacidade da vencedora do certame de arcar com as responsabilidades por pagamentos futuros faturados em nome da contratada e outros danos que forem devidos a terceiros e equipamentos utilizados no cumprimento das obrigações estipuladas no contrato.

Qualquer risco de incapacidade da **CONCESSIONÁRIA** de assumir as responsabilidades indicará o risco de prejuízo direto para a Administração, que poderá ser responsabilizada por danos e indenizações perante terceiros.

Diante disso, entende-se que para cada R\$ 1,00 de compromissos a longo prazo já assumidos pela empresa em seu Balanço Patrimonial, esta deverá dispor de pelo menos R\$ 1,0 em seu ativo de longo prazo, o que consiste na prova de garantia para da execução pacífica da prestação contratada durante todo o prazo contratual.

Com o índice exigido garante-se que a futura **CONCESSIONÁRIA** tenha capacidade de enfrentar situação imprevista que comprometam sua liquidez

corrente, solvência geral e liquidez corrente, por essa razão, causem interrupção ou inexecução, total ou parcial, do Contrato.

Ademais, o Subitem **16.34** da **MINUTA DE EDITAL** estabelece que:

- Se qualquer dos índices do item anterior for inferior a 1 (um), a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá requerer das **PROPOSTANTES** a apresentação de documentos complementares para comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, por meio de:

- Comprovação de **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** de 10% (dez por cento) do **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da **PROPOSTA**.

13. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O direito ao **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** dos contratos administrativos encontra-se assegurado no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e deve ser ainda mais garantido nos contratos de longo prazo.

Neste sentido, a **MINUTA DE CONTRATO** estabeleceu a matriz de riscos entre as partes, alocando os riscos à parte que terá melhores condições de administrá-los, eficientemente.

Outro ponto importante é a previsão de revisões ordinárias a cada 05 (cinco) anos, contados da data de celebração do **CONTRATO**, bem como de revisões extraordinárias, desde que comprovada a sua necessidade.

As revisões periódicas, nos dizeres de Fernando Vernalha Guimarães⁵, tem a *“função de propiciar um retrospecto histórico da execução do contrato e confrontá-lo com as perspectivas das partes para os próximos períodos”*.

Não há dúvidas que os contratos de longo prazo deverão possibilitar a adequação às mudanças tecnológicas e de mercado que vierem a surgir. Disto

⁵ Guimarães, Fernando Vernalha. **O Equilíbrio Econômico-Financeiro nas Concessões e PPPs: formação e metodologia para recomposição**. In: Contratos Administrativos, Equilíbrio Econômico-Financeiro e a Taxa Interna de Retorno: a lógica das concessões e das parcerias público-privadas. Coord. Egon Bockmann Moreira. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p.95.

decorre a necessidade de conjugar a segurança jurídica com as mudanças econômicas e sociais que possam advir ao longo dos anos.

A Minuta de **CONTRATO** aponta também os mecanismos de recomposição do **EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO** quando restar demonstrada esta situação.

14. DOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS

As **MINUTAS DE EDITAL** e **CONTRATO** serão disponibilizadas separadamente.